

Comunicação como forma social: proposta de interseção entre a comunicação e a cibercultura

Sandra Portella Montardo*

Índice

| | |
|--|----|
| 1 Introdução | 1 |
| 2 Comunicação como forma social | 2 |
| 3 Cibercultura: traços de tragédia da cultura | 6 |
| 4 A tragédia da cultura e a forma social comunicação na cibercultura | 12 |
| 5 Referências | 14 |

Resumo

Este artigo propõe uma interseção entre a comunicação e a cibercultura a partir dos conceitos de forma social e de tragédia da cultura, segundo Georg Simmel, articulados com o conceito de comunicação de Dominique Wolton, segundo o qual a comunicação é uma dupla hélice entre as dimensões normativa e funcional, ligadas

*Doutora pelo PPGCOM da PUCRS, Linha de Pesquisa Comunicação e Tecnologias do Imaginário (2004), fez Estágio de Doutorado na Paris V, Université René Descartes, Sorbonne (dezembro2003-junho2004), participou das sessões do GRETECH/CeaQ. Professora e pesquisadora do Curso de Comunicação Social do Centro Universitário Feevale, em Novo Hamburgo, RS, pesquisadora do Grupo Comunicação e Cultura, filiado à mesma instituição. Este trabalho foi apresentado no Núcleo de Pesquisa 08 - Tecnologia da Informação e da Comunicação, do XXVIII Intercom.

pelas tecnologias de comunicação e de informação, que misturam ambas permanentemente, confundindo as situações da vida privada e pública. Pretende-se, com essa interpretação, promover-se a discussão de como a comunicação pode se inscrever no âmbito da cibercultura, levando-se em conta um conceito de comunicação versátil, a ponto de compreender a dinâmica entre as tecnologias de comunicação e de informação e a fragmentação da subjetividade inerente à cibercultura.

Palavras-chave: Cibercultura; comunicação; forma social; Georg Simmel; Dominique Wolton.

1 Introdução

Pode-se dizer que a cibercultura se impõe como matriz de sentido contemporânea, na medida que pauta e é pautada por temas da sociedade. Ao se imiscuir nas práticas cotidianas, torna-se objeto dos produtos culturais, como a literatura de ficção científica ou o cinema hollywoodiano sendo, também, agendada pela imprensa.

Da mesma forma que a cibercultura está por toda parte, costuma-se concordar sobre o fato de que tudo seja comunicação. Essa

constatação, tomada em seu conjunto, mobilizou a intuição de que fosse possível relacionar os dois campos em questão, com o que se insinua a pergunta pela natureza dessa ligação. A relação entre a comunicação e a cibercultura pode ser verificada através da existência de grupos de trabalho e de núcleos de pesquisa sobre cibercultura em congressos e em simpósios da área da comunicação. Também pode ser flagrada no nome de algumas linhas de pesquisa oferecidas por programas de pós-graduação em comunicação no Brasil, além de se expressar na formação de grupos de discussão a respeito da matéria e de gerar publicações a respeito da mesma.

Em geral, a relação entre cibercultura e comunicação é evocada em termos da inserção das tecnologias de informação e de comunicação no mundo contemporâneo, de forma a contemplar questões relativas à comunicação mediada por computador, bem como à sua influência na indústria de comunicação e na sociedade. No entanto, não consta que tenha sido elaborado um estudo específico que se destinasse a investigar a supracitada interface. Frente a isso, este artigo pretende articular idéias referentes aos aspectos da vida material e espiritual da contemporaneidade que possibilitem uma interpretação sobre essa relação.

2 Comunicação como forma social

O sociólogo e filósofo Georg Simmel figura como referencial teórico pertinente para a viabilizar o objetivo em questão. Torna-se possível, a partir de sua obra, articular os aspectos referentes tanto à modernidade quanto à pós-modernidade, períodos que recobrem o

aparecimento da comunicação de massa na sociedade e o desenvolvimento da cibercultura, que adquire forma com o advento da microinformática.

Simmel (1977) pensa a modernidade como experiência de interiorização pelo indivíduo (alma, subjetividade) do exterior (matéria, objetividade). Para tanto, funda a sociologia formal para captar esse novo modo de viver em sociedade e elabora o conceito de forma social, que compreende a dinâmica entre forma e conteúdo numa mesma unidade, visando dar conta desse processo.

A forma social, como unidade que possibilita a apreensão conceitual da sociedade, consiste na captação da interação social em termos de movimentos que mobilizam os indivíduos a conviver entre si, numa ação conjunta de influências. No entanto, os conteúdos de socialização, as diferentes pulsões, de caráter cooperativo ou conflitivo que levam os indivíduos a estabelecer relações entre si não são algo social. Nesse sentido, a fome, o trabalho, o amor, a religiosidade, a técnica, funções ou obras da inteligência, isoladamente, não constituem fatores sociais por si só, ainda que a socialização aconteça mediante esses impulsionadores na realização dos interesses. Simmel (1977) propõe que a sociedade se realiza no indivíduo por meio de processos, já que o indivíduo é fragmento não só do homem, mas também de si mesmo, considerando que é o olhar do outro que vem a complementar essas fissuras no corpo social.

O pensador (1987) observa que na vida social na modernidade ocorre a dispensa da presença física dos indivíduos nos laços sociais, ao contrário do que acontece na sociedade tradicional, em que os membros de uma comunidade convivem de maneira orgânica,

contínua e exclusiva. Esse aspecto se relaciona com a crescente intelectualização do mundo moderno, que confere uma espiritualização cada vez maior aos laços sociais. Há, com isso, uma certa relativização das noções de distância e de proximidade nas relações sociais, sendo que não se formam grupos baseados simplesmente na proximidade espacial, o que estimula a proliferação dos meios que permitem vencer a distância nas relações contraídas. Quanto a isso, Simmel (1999) estabelece uma relação entre meios de comunicação generalizada com o crescimento do tamanho dos grupos e o domínio da ação individual. Esses meios, devido ao seu caráter abstrato e universal, possibilitam ao indivíduo relaxar os laços com os mais próximos e se engajar em laços reais ou ideais com os mais distantes.

Para justificar o aporte simmeliano em um estudo sobre a comunicação, é preciso que se investigue a influência que esse pensador exerce nesse campo de interesse. O fato de que a apropriação do seu pensamento por outros autores nem sempre seja evidente parece cumprir uma previsão do próprio Simmel: a de que sua herança intelectual dar-se-ia de tal forma que seria difícil identificar sua origem.

Assumindo-se esse risco, após a exposição de um panorama geral dos autores e correntes de pensamento que constituem a trajetória da Teoria da Comunicação, propõe-se um mapeamento da influência de Simmel nos estudos comunicacionais, conforme manuais de teoria da comunicação, que culmina no encadeamento do conhecimento formulado pela Escola de Chicago, passando pela sociologia da ação de Talcott Parsons e chegando a Jürgen Habermas³¹.

³¹ Essa cadeia associativa foi apresentada pela au-

Na seqüência dessa cadeia associativa, é possível identificar traços do pensamento simmeliano na *Teoria do agir comunicativo* (1981), de Jürgen Habermas, que reabilita a razão para fins emancipatórios, positivos para a humanidade, por meio da comunicação propriamente dita. Isso se dá graças à capacidade que os homens têm para discutir suas condições de vida e racionalizar o mundo da vida, na medida em que se passa da conversação (sociedade tradicional) para a discussão (sociedade moderna), pressupondo-se uma alteração na essência das formas de entendimento.

Frente a isso, Habermas (1987) estabelece uma relação entre as formas generalizadas de comunicação e os meios de regulação, de tal forma que os meios de comunicação, vinculados a essas formas generalizadas de comunicação e, portanto, sustentados por uma razão instrumental, passem a assumir o processo de formação de consenso na modernidade. Em outras palavras, a integração simbólica condicionante de toda a comunicação, passa a ser substituída pelo dinheiro. Com isso, não mais a linguagem, mas um mecanismo de integração sistêmico passa a presidir, então, a comunicação.

De maneira mais explícita, é importante destacar que o desenvolvimento das tecnologias de informação como formas generalizadas de comunicação tem a ver com a formação de esferas de opinião pública. Ele reside na mediação proporcionada por essas tecnologias, em termos de relativização/multiplicação de contextos espaciotemporais a serem previstos na comunicação, e

tora no XXVII Intercom, Núcleo de Pesquisa Tecnologias da Informação e da Comunicação, em texto intitulado “Comunicação na cibercultura: Nova abordagem de Georg Simmel”.

na questão do suposto descomprometimento dos agentes sociais com sua própria comunicação. Dessa forma, promover-se-ia o progressivo distanciamento entre a ação comunicativa e os contextos normativos subjacentes no mundo da vida. No entanto, Habermas (1987) aposta na autonomia potencial dos agentes e falantes sociais perante esse quadro, mediante a crítica das pretensões de validade veiculadas.

Na medida em que se tenta aqui matizar a influência de Simmel nos estudos de comunicação, vale lembrar que esse autor não se deteve especificamente no tema da técnica, tampouco no dos meios de comunicação de massa. No entanto, conforme mostra o primeiro capítulo, Simmel (1987) indica a tendência à objetivação da cultura, a qual se deixa notar através dos meios de comunicação generalizada, a partir dos quais se pode sugerir uma apropriação habermasiana. Dessa forma, os meios de comunicação generalizada tornam possíveis associações e atividades comuns entre pessoas psicologicamente diferentes e distanciadas no espaço. Em função disso, esses meios devem ser abstratos e providos de uma validade universal. O dinheiro, a verdade (ciência) e o direito figuram como exemplos desses meios.

No caso da Teoria do agir comunicativo, Habermas (1987) vê os meios de comunicação se desenvolverem em formas generalizadas de comunicação, sendo regidas pelos meios de controle sistêmico, como o poder e o dinheiro. Percebe-se aqui uma proposição de que a comunicação esteja comprometida em termos de sua dimensão simbólica, malgrado a suposta autonomia dos indivíduos, com os meios de comunicação generalizados.

A lógica dos meios de comunicação, en-

tendidos nesse sentido, coincide com lógica da interação social, segundo Simmel, já que intervém junto aos grupos no tempo e no espaço, devido à sua imbricação com o dinheiro, por exemplo, abstrato e de validade universal. Na medida em que se fala de meios de comunicação, fala-se também de técnica e, com isso, da mesma tendência de que esses meios de comunicação generalizados permitam o contato entre indivíduos distanciados no espaço, no decorrer desse processo que se desenrola com o aparecimento da opinião pública.

Ao observar a dinâmica e os modos de apropriações do pensamento simmeliano na questão comunicacional, percebe-se que a ênfase dessa influência se expressa na intenção de apreensão das diferentes formas que o laço social assume na modernidade. Devido a isso, esse é o eixo em torno do qual se desenvolve esse estudo ao pretender verificar o modo de inserção da comunicação na cibercultura.

A partir dessa ponte imaginária estabelecida entre Simmel e os estudos de comunicação, faz-se necessário estabelecer um conceito de comunicação que, ao mesmo tempo, possa ser identificado como seqüência desse encadeamento e que permita servir de ponte para a cadência de formulações cada vez mais complexas engendradas pela emergência da cibercultura. Com esse propósito, o pensamento comunicacional do sociólogo francês contemporâneo Dominique Wolton se torna pertinente a essa demanda, na medida em que permite ser interpretado como uma forma social.

A obra de Dominique Wolton, composta por dezoito livros, pode ser reunida em três núcleos temáticos, conforme três conjuntos de publicações. Em um deles, verifica-se o

impacto da tecnologia sobre a sociedade, na medida em que mapeia novos quadros sociais em função disso, atestando o predomínio da racionalidade, via economia, em diferentes setores sociais. Outro faz referência à mudança do estatuto da informação cada vez mais identificada com a informação-dado, ao invés de representação política, segundo o autor. Aponta-se, com isso, a segmentação das tecnologias de informação e de comunicação, além da valorização dos meios de comunicação de massa e de seu público. Por outro lado, o autor classifica a guerra e o terrorismo como fenômenos sociais ligados à mídia e ao problema da identidade, bem como atribui à comunicação o papel de gestora das diferenças na Europa. Finalmente, a fase mais recente dos estudos de Wolton trata da comunicação como conceito central para pensar a contemporaneidade. Aqui, Wolton confere à comunicação uma dimensão normativa (partilha, troca com o outro) e outra funcional (necessidade de troca). O elo entre essas duas dimensões dar-se-ia pelas tecnologias de comunicação e de informação. Também é dessa fase a desclassificação da Internet como meio de comunicação (2003), além da percepção de que as tecnologias de comunicação e de informação servem tanto aos ideais democráticos quanto aos fundamentalistas.

De acordo com o autor, essa dupla hélice explicaria, em parte, a posição central que a comunicação ocupa na sociedade moderna. Primeiro porque a dimensão normativa encerraria um desdobramento do laço com o outro, em nome da tradição judaico-cristã, que consistiria na igualdade entre indivíduos. Por outro lado, essa questão se acomodaria bem em um horizonte da sociedade democrática de massas, que prevê a liberdade

dos indivíduos. Já a dimensão funcional teria a ver com o direito à expressão condizente com a democracia de massa, que, por sua vez, viria a coincidir com as lógicas da rentabilidade e de instrumentalização, solicitadas pelas sociedades complexas. Interessante é notar que Wolton situa as técnicas de comunicação como a condição de passagem de uma dimensão para a outra.

Para o autor (1997), tudo leva à celebração de um ideal de comunicação funcional, ou seja, comprimir e integrar dados, bem como diferentes atividades sociais (lazer, trabalho, educação, etc) em um só terminal estaria em estreita relação com uma racionalidade que pressuporia uma mesma lógica para diferentes atores em diferentes estágios de comunicação. Wolton (1997) contraria essa posição, afirmando que a integração é própria do domínio técnico da comunicação e não de seus conteúdos, com o que deixa notar a questão da ideologia técnica, marca do pensamento habermasiano em *Técnica e ciência como ideologia* (1968).

Devido a isso, os conflitos sobre a alteridade teriam conhecido a inversão entre comunicação e identidade nos dias de hoje, no sentido de que, ao contrário do que se pensa comumente, o século XX tenha sido o da identidade, enquanto o século XIX tenha sido o da comunicação, conforme o autor (1993). Isso porque a abertura através da comunicação entre as nações e os continentes já teria se dado no século XIX. O século XX é o da queda do comunismo, da base religiosa dos conflitos vividos no Oriente Próximo e Médio, e dos regimes totalitaristas, acontecimentos que se desenrolaram simultaneamente ao desenvolvimento dos mais sofisticados equipamentos tecnológicos.

Com o conceito de comunicação de Domi-

nique Wolton, percebe-se um redimensionamento de questões postas por Habermas com a *Teoria do agir comunicativo* (1981). Não se trata aqui, simplesmente, de uma substituição da dimensão simbólica da comunicação (linguagem) por meios de controle sistêmicos (dinheiro, poder). Wolton propõe um modelo mais complexo, que comporta a relação conflituosa entre os aspectos concernentes à dimensão normativa da comunicação (necessidade de partilha, troca) com aqueles associados à sua dimensão funcional (condição de implementação dos aspectos normativos). O conflito propriamente dito entre essas duas dimensões residiria no fato de que o princípio da técnica operaria uma mistura entre essas atribuições, concretizando, talvez, segundo Simmel, a objetivação da cultura, através da instrumentalização, que poderia inverter a relação entre meio e fim. Além disso, ao contrário do que postula Habermas, a comunicação não representaria o consenso, mas, antes, justifica seu papel central ao buscar gerenciar os conflitos inerentes à sociedade contemporânea.

Frente à marcha teórica empreendida, torna-se adequado sugerir que a comunicação enquanto uma dupla hélice entre as dimensões normativa e funcional, ligadas pela técnica, possa ser interpretada como uma forma social já que consiste na efetivação da socialização entre os indivíduos, mantendo-se constante, malgrado suas variações observadas em nível de conteúdo. Por outras palavras, propõe-se que ao lado do dinheiro, da ciência, do direito e do conflito, formas sociais citadas por Simmel, a comunicação figura como forma social não só quando se estabelece a partir dos elementos não-sociais que mobilizam a socialização (conteúdos), referidos por Simmel, como o amor, a religio-

sidade, a técnica, o trabalho e a fome, mas também quando articula questões ligadas à democracia e à identidade, temas privilegiados no pensamento comunicacional de Dominique Wolton.

Uma particularidade pressuposta para a apreensão da comunicação como forma social é que a técnica figura como conteúdo constante, capaz de transportar todos os outros conteúdos de socialização entre as dimensões normativa e funcional. Devido a isso, pode-se apreender que a comunicação atravesse e seja atravessada pelas outras formas sociais, como o dinheiro, o conflito, o direito e a ciência, já que a técnica permite que os demais conteúdos de socialização sejam codificados por ela, possibilitando, também, a sobreposição das formas sociais entre si. Com isso, mais do que simplesmente ser regulada por formas como o dinheiro e o poder, segundo Habermas, a comunicação também pode ser percebida como uma agenciadora destas formas sociais que se realizam através de vários conteúdos de socialização (amor, direito, técnica, sentimento religioso, identidade, democracia). Frente à proposição da comunicação como forma social, o próximo item traz as considerações a respeito da cibercultura, da sua provável equivalência com a tragédia da cultura, para que se avance no sentido do cumprimento do objetivo desse artigo.

3 Cibercultura: traços de tragédia da cultura

Pode-se notar que a técnica assume papel de destaque no conceito de comunicação compreendido como forma social. Devido a isso, a técnica foi evocada como porta de acesso

para a cibercultura, sugerindo a investigação sobre a diferença entre técnica e tecnologia. Nessa perspectiva, emerge o contexto tecnocientífico, que permite visualizar a alteração de paradigmas vigentes e das visões de mundo que lhes são subjacentes. Verifica-se, com isso, que a o paradigma cartesiano e a ciência newtoniana, a partir do século XVII, fornecem a base filosófica que funde ciência e técnica, com o que se chega ao conceito de tecnologia.

Segundo Rüdiger (2003), Blount é um dos primeiros a fazer o uso do termo tecnologia, referindo-se a descrição dos ofícios, artes e manufaturas, em *Glossographia* (1670). Em 1677, o mesmo autor (2003b) afirma que Johann Beckmann designa por tecnologia uma sistematização disciplinar descritiva e comparativa do seu ensinamento. Já Timm (1971) aponta que o termo tecnologia tenha sido utilizado pela primeira vez em 1785, por Georg Friedrich von Lamprecht, designando “ciência que ensina a forma e a maneira com que hão de trabalhar por meio da técnica humana os produtos brutos da natureza, de acordo com as necessidades da vida” (TIMM, 1971, p.76). Já para Marc-Rieu (1990), a técnica se reduz à sua condição de dispositivo maquínico, enquanto a tecnologia pressupõe o entendimento da técnica imbricada com as condições sociais, culturais e econômicas que presidem sua concepção pelo homem e que regem seus usos. Esse estudo privilegia o último conceito de tecnologia, uma vez que pensar a cibercultura nos termos propostos compreende que se leve em conta a dinâmica entre tecnologia e aspectos sócio-culturais.

Nesse sentido, ao lado do surgimento dos meios de comunicação eletrônicos e de seu aperfeiçoamento técnico no mapeamento da

cibercultura, tem-se a Internet. De acordo com esse interesse, o levantamento da Internet deve levar em conta o cruzamento entre histórico técnico e os motivos utópicos, mitológicos e ideológicos que animam sua dinâmica, proporcionado, principalmente, por Patrice Flichy (2001).

Flichy (2001) destaca que a Internet se inscreve pela primeira vez na agenda midiática em 1993, ainda que continuaria sendo realidade para uma parcela pouco expressiva da população norte-americana, pois, como indica o autor (2001), apenas 6% das pessoas utilizam serviços *on-line* em casa, e 8% utilizam-no no local de trabalho, segundo uma enquete realizada nos Estados Unidos em outubro de 1994. Por outro lado, trata-se de uma fase clássica do desenvolvimento de uma tecnologia, uma vez que a difusão de massa pontua uma ruptura com os círculos restritos de sua concepção (pesquisas de laboratório e primeiras experiências de uso). Através dos profissionais do discurso, passa-se do imaginário da informática e dos grupos comunitários para um imaginário de massa.

Flichy (2001) destaca que os vinte primeiros anos de utilização da Internet (1968-1989) envolveram não só os meios militar e acadêmico, mas também os meios contraculturais ou comunitários. Nesse caso, os usos da Internet se davam à parte do mercado e buscavam apenas resolver suas próprias necessidades, sendo que o orçamento existente era proveniente do setor público.

Mais do que uma nova tecnologia de comunicação e de informação, a Internet deve ser vista como a possibilidade de reunir todas os demais meios. Lemos (2002) faz menção a essa questão da seguinte forma:

O que chamamos de novas tecnologias de comunicação e informação surge a partir de 1975, com a fusão das telecomunicações analógicas com a informática, possibilitando a veiculação, sob um mesmo suporte - o computador -, de diversas formatações de mensagens. Esta revolução digital implica progressivamente, a passagem dos *mass-media* (cujos símbolos são a TV, o rádio, a imprensa, o cinema) para formas individualizadas de produção, difusão e estoque de informação. Aqui a circulação de informações não obedece à hierarquia da árvore (um-todos) e sim à multiplicidade do rizoma (todos-todos). (LEMOS, 2002, p. 73)

Como mostra Lévy (1999), paralelamente a esse desenvolvimento, a década de 1980 inaugura a era multimídia. A informática perde progressivamente seu *status* de técnica ligada ao setor industrial e se funde com as telecomunicações, a editoração, o cinema e a televisão, através da digitalização. “Novas formas de mensagens ‘interativas’ apareceram: este decênio viu a invasão dos videogames, o triunfo da informática ‘amigável’ (interfaces gráficas e interações sensório-motoras) e o surgimento dos hiperdocumentos (hipertextos, CD-ROM)” (LÉVY, 1999, p. 32).

De acordo com a classificação de Leslé e Macarez (1999), “o termo multimídia qualifica um produto ou um serviço que mescla, graças a uma tradução em linguagem informática (diz-se também digital) dados até então explorados separadamente: textos, sons, vídeos, fotos, desenhos, etc.” (LESLÉ; MACAREZ, 1999, p. 3). Seja por meio do cd-rom (*off-line*), seja por meio da Internet (*on-line*), a multimídia colabora sobremaneira

para imprimir novas formas de agir na vida cotidiana.

É devido à conversibilidade de todos os conteúdos à linguagem digital que se pode constatar essa realidade tanto em transformações dos meios de comunicação convencionais isoladamente (televisão digital), quanto através da crescente convergência desses meios na Internet. Uma das conseqüências observáveis quanto a isso, em termos de modificações na vida cotidiana, é a potencialização das opções de interatividade por parte dos usuários/públicos desses meios.

Lemos (2002) define os meios de comunicação como instrumentos de simulação e como formas técnicas de alterar o espaço-tempo. De maneira mais abrangente, a interferência desses meios na vida social acaba por modificar a percepção que as pessoas têm do espaço-tempo, o que pode ser observado na concretude de suas práticas, vindo a constituir novas tendências na vida social que, por sua vez, convivem ou transformam hábitos anteriores (educação à distância, trabalho em sistema de *home-office*, *e-commerce*, comunidades virtuais, acesso a conteúdos de diferentes mídias num único suporte, possibilidade de armazenamento de filmes, músicas, jogos eletrônicos, entre outros produtos/serviços, etc).

O estudo da evolução das tecnologias de comunicação e de informação pode ser significativo para o entendimento de como idéias e fatos se implicam mutuamente, na medida em que articulam um movimento que não é óbvio e cuja origem parece ser inapreensível, capaz de mobilizar imaginários que variam conforme as inovações técnicas concebidas, os motivos que as engendram e seus usos efetivos. Ainda quanto a isso, tem-se que “o estudo do imaginário das técnicas mostra

que este tem sempre duas funções: construir a identidade de um grupo social ou de uma sociedade e fornecer recursos que podem ser reinvestidos diretamente na preparação e na implantação de projetos” (FLICHY, 2001, p. 254). Ao que se percebe, captar a cibercultura nos termos propostos passa necessariamente por isso.

Lévy (1999) indica que a cibercultura expressa uma mutação fundamental própria da cultura, já que parece solucionar problemas anteriores na mesma medida em que inaugura um imenso campo de novos problemas e conflitos sem solução imediata aparente. Sua tese em *Cibercultura* (1999) é de que essa funda um conceito de universal sem totalidade. De acordo com essa categorização, duas etapas precedem a cibercultura, ainda que as mesmas não se excluam entre si, apenas relativizam-se, acrescentando-lhes dimensões suplementares.

As três grandes etapas são: 1) a das pequenas sociedades fechadas, de cultura oral, que vivem uma totalidade sem universal, em que os homens são os membros da tribo, e nas quais nem as leis, nem a religião, nem as técnicas são universais, sendo que o sentido é dado pela tradição (pelo passado, através da memória dos homens mais velhos); 2) a das sociedades “civilizadas”, que com a escrita fizeram surgir um universal totalizante, em que escritos e impressos garantem possibilidades indefinidas de memória, no tempo e no espaço, e, com isso, a cultura ganha contornos universais (religião, leis, a ciência), imprimindo universalidade à espécie humana; e 3) a da cibercultura, que corresponde à globalização concreta da sociedade, que inventa um universal sem totalidade. A citação que segue explica essa terceira etapa da seguinte maneira:

Corresponde ao momento em que nossa espécie, pela globalização econômica, pelo adensamento das redes de comunicação e de transporte, tende a formar uma única comunidade mundial, ainda que essa comunidade seja - e quanto? - desigual e conflitante. Única em seu gênero no reino animal, a humanidade reúne toda sua espécie em uma única sociedade. Mas, ao mesmo tempo e, paradoxalmente, a unidade do sentido se quebra, talvez porque ela comece a se realizar na prática, pelo contato e interação efetivos. Conectados ao universo, as comunidades virtuais constroem e dissolvem constantemente suas micrototalidades dinâmicas, emergentes, imersas, derivando entre as correntes turbilhonantes do novo dilúvio. (LÉVY, 1999, p. 249)

Segundo essa definição, o tempo passa a ser secundário com relação ao espaço, uma vez que “a cibercultura encarna a forma horizontal, simultânea, puramente espacial, da transmissão” (LÉVY, 1999, p. 249) e conecta o espaço, estendendo o rizoma do sentido. Pode-se acrescentar a isso que o vocábulo ciberespaço não causa estranhamento mesmo fora do campo de estudos específicos sobre cibercultura, enquanto não consta que o vocábulo cibertempo sequer exista.

Com um aporte sociológico, centrando o foco na socialidade contemporânea, Lemos propõe que “a cultura contemporânea, associada às tecnologias digitais (ciberespaço, simulação, tempo real, processos de virtualização, etc.) vai criar uma nova relação entre a técnica e a vida social que chamaremos de cibercultura” (LEMOS, 2002, pp. 7-8). De acordo com esse ponto de vista, trata-se de observar na vida social que a tecnologia não

se resume mais a ser fator de separação, de alienação e de desencantamento do mundo (Weber), conforme interpretações da racionalidade moderna, mas permeia, também, a irracionalidade pós-moderna (ficção científica, relações sociais, sexo, violência, arte, pirataria, etc.), transformando as formas de estar-junto.

Pode-se dizer que muito dessa irracionalidade pós-moderna representada pela cibercultura pode ser flagrada nas comunidades virtuais. De modo geral, pode-se dizer que os vários tratamentos teóricos sobre as comunidades virtuais têm em comum o fato de notificar a implicação mútua entre o ambiente de rede e a realidade fora das redes, independentemente das interpretações que essa relação inspire. Rheingold (1998), por exemplo, conceitua comunidade virtual como um grupo que pode ou não se encontrar face a face e que troca idéias pela Internet ou através de BBS's. Como na citação abaixo:

Quando essas trocas começam a envolver amizades e rivalidades entrelaçadas e dão margem a casamentos, nascimentos e mortes reais, unindo as pessoas em um outro tipo de comunidade, elas começam a afetar a vida das pessoas no mundo real. Como qualquer outra comunidade, uma comunidade virtual é também um conjunto de pessoas que aderem a certos contatos sociais (frouxos) e que compartilham certos interesses (eccléticos). Ela geralmente tem um foco geograficamente local e uma conexão com um domínio muito mais amplo. (RHEINGOLD, 1998, pp. 120-121)

O autor cita J. C. R. Licklider, um dos autores da pesquisa que resultou na criação da

Arpanet, em um texto publicado em abril de 1968, na *International Science and Technology*, arriscando que as comunidades interativas *on-line* seriam comunidades de interesses e não de mera localização comum. No mesmo sentido, Rheingold (1998) fala que nos tipos tradicionais de comunidade primeiro as pessoas se encontram e depois se conhecem, enquanto que nas comunidades virtuais é possível conhecer as pessoas e depois decidir ou não encontrá-las. O autor (1998) também destaca que o discurso *on-line* são só máscaras e para que uma amizade *on-line* seja cimentada ou expandida, telefones, *e-mails* e encontros presenciais são adequados. Ele ainda lembra que a principal característica das comunidades virtuais é que ela se embasa na comunicação muitos-para-muitos.

Para Flichy (2001), a análise de *Comunidades virtuais* (1996), de Rheingold, revela as comunidades virtuais como o mito fundador da Internet. Nesse sentido, o autor (2001) pontua que Rheingold (1996) desloca questões restritas às comunidades contraculturais e às universidades e as insere na sociabilidade ordinária, pouco importando que o modo de funcionamento dessas não corresponda à totalidade da vida social. Nas palavras de Flichy, “esse deslocamento corresponde exatamente à figura do mito” (FLICHY, 2001, p. 115). O autor (2001) indica, ainda nesse sentido:

Após analisar várias comunidades virtuais dos Estados Unidos, Flichy (2001) sublinha que o laço social eletrônico se estabeleceu combinando, de maneira nem sempre equilibrada, fatores como proximidade geográfica, pertencimento institucional e grau de conhecimento entre os envolvidos. Ao verificar a predominância de uma pessoa centra-

lizando a organização do debate nessas comunidades, que eram compostas por um número restrito de pessoas, cuja frequência na comunidade era variável, o autor nota que “a idéia de um grupo virtual onde todo mundo se exprime de maneira igualitária continua a dominar. A utopia se torna, nesse caso, uma ideologia que mascara em parte a realidade, mas simultaneamente, mobiliza os atores” (FLICHY, 2001, p. 111). Além disso, ainda identifica nessa ideologia a longa tradição norte-americana que valoriza muito a idéia de comunidade e que ganha versão tecnológica desde a criação dos meios de comunicação de massa.

A sociabilidade na cibercultura não se resume às comunidades virtuais. O estudo de Gérard Dubey (2001) sobre interação social e situações de simulação de vôo aborda a questão do laço social na era do virtual de maneira bastante otimista, opondo-se ao pensamento de autores que enxergam nas novas tecnologias de comunicação e informação motivo para prejuízo da sociabilidade.

Ao invés de ameaça ao laço social, Dubey (2001) identifica uma nova oportunidade de sua retomada, ao indicar que as novas tecnologias de informação e de comunicação inspiram debates que colaboram para que se pense sobre ele. O autor (2001) lembra que as tecnologias não destroem, nem criam o social, mas também não aumentam, nem diminuem a realidade. Nesses termos, “o que importa pensar é antes a emergência – no seio de um meio dominado pela técnica – de uma consciência de anterioridade do social, de ser caráter gratuito e englobante, quer dizer, de uma nova representação desse” (DUBEY, 2001, p. 191). De maneira mais completa, a citação que segue propõe:

O laço social não ressoa mais como um chamado à ordem contra a anarquia e o individualismo, mas como o que, em toda a sociedade e em toda a época, lança a partir da experiência existencial de cada um e sem razão aparente, os indivíduos uns em direção aos outros, anima-os de um comum desejo de estar junto. A instituição quase espontânea de um coletivo no coração de um ambiente saturado pela técnica convida-nos então a reabrir a questão primordial do laço social. Porque o que parece se desenhar aqui é a possibilidade de um laço que transcende e transgride as fronteiras do natural e do artificial, do individual e do coletivo, do comunitário e do contratual e que seria o verdadeiro fundo a partir do qual se estendem todas as formas de associação. (DUBEY, 2001, p. 193)

Em outras palavras, o poder invisível que preside o estabelecimento de um laço à distância é próprio do social e não das tecnologias que o viabilizam. Além disso, apesar de não recorrer a Simmel, Dubey (2001) parece fazer referência à sua idéia de indivíduo, ao propor que o individualismo, mesmo quando considerado em suas formas mais exacerbadas, não se opõe ao laço social, mas o condiciona a novas tomadas de consciência da realidade conforme a época em questão. Ainda nesse sentido, num mundo incerto e fragmentado, a garantia da identidade do indivíduo está submetida ao estabelecimento do laço social. Por fim, o autor sustenta que a subjetividade, no sentido afetivo do termo, mostra-se como uma característica inerente ao homem.

A partir dessas considerações sobre tecnologias da comunicação e da informação

e sociabilidade na cibercultura, vale que se aborde a questão de como a cibercultura e tragédia da cultura se relacionam para, então, que se relacione a comunicação como forma social com esse quadro.

4 A tragédia da cultura e a forma social comunicação na cibercultura

A cibercultura entendida como realidade cultural que se apóia numa nova dinâmica empreendida entre subjetividade e tecnologia, apresenta aspectos que permitem uma identificação com o conceito e a tragédia da cultura segundo Simmel, tal como mostra Rüdiger (1999).

A nova configuração de época que levou Simmel a formular um novo método sociológico, engendrando um novo conceito de sociedade, o faz vislumbrar o conceito e a tragédia da cultura. Por cultura, o autor (1990) entende um processo que se estabelece entre as criações objetivas da espécie e a vida interior do indivíduo. A busca pelo espírito subjetivo desse aperfeiçoamento, que é o cultivar-se, passa necessariamente por essas criações objetivas que lhe são exterior, como a ciência, a arte, o Estado, os conhecimentos do mundo, etc., sendo que o processo se faz no estabelecimento de uma relação entre fim e meio.

O problema que Simmel (1990) identifica na cultura moderna é que cada vez mais fins e meios não correspondem mais à mesma realidade, devido à crescente intelectualização do mundo ou à objetivação da cultura, que se deixa notar através da importância que a técnica assume nos diferentes domínios da sociedade. A consequência direta

desse crescente distanciamento do indivíduo com relação aos seus fins é que essas figuras objetivas que compõem o quadro de uma época desenvolvida culturalmente, passíveis de serem interiorizadas pelo indivíduo que pretende atingir um estágio superior em si mesmo, passam a se autonomizar, tornando-se de difícil apreensão para esse indivíduo, tanto em termos qualitativos quanto quantitativos.

Segundo Rüdiger (1999), quando Simmel fala de formas atomizadas, que não remetem umas às outras, ele contrapõe o que projeta como tendência da cultura moderna com o que se deu, por exemplo, na Atenas, de Péricles ou na Itália Renascentista. O sentido maior da cultura, nesses últimos casos, era a busca da qualificação do indivíduo, na constituição de sua subjetividade. A deflagração da crise da cultura identificada por Simmel (1990) diz respeito ao fato de que o indivíduo é levado a acompanhar os conteúdos e a velocidade a partir da qual se desenvolvem a indústria, a ciência e as artes, com indiferença, na medida em que sua apropriação pelo indivíduo que busca seu aperfeiçoamento nem mesmo chega a fazer sentido.

Há, então, nas culturas superiores, além da distância qualitativa entre os elementos objetivo e subjetivo, uma quantidade ilimitada de produção desses bens, de modo que esse conjunto de saberes e artefatos se distancia ainda mais da possibilidade de apreensão por parte do indivíduo com fins de aperfeiçoamento. Com isso, o homem moderno é ao mesmo tempo, incapaz de assimilar tais conteúdos interiormente, e incapaz de recusá-los, já que estes fazem parte, potencialmente, da esfera da cultura, consistindo nesse quadro a tragédia da cultura.

Frente a esse quadro, a comunicação como

forma social se apresenta como alternativa de conexão dos indivíduos entre si, em um ambiente cultural caótico, ao preencher os intervalos óbvios de um cenário que dispõe de maneira aleatória seus atores e seus produtos, espalhadas pelo ciberespaço. Nesses termos, a comunicação consiste na relação que se estabelece entre duas ou mais pessoas, resultando na prática de socialização, através ou não de algum tipo de mediação tecnológica, motivada a partir dos mais variados conteúdos. Dessa forma, pode-se considerar a comunicação televisiva, os atos de terrorismo, a cobertura de guerras e a ampliação do espaço público internacional, os temas abordados por Wolton no que concerne à comunicação, constituam forma social, na medida em que colabora para a constituição de laço social, ao sugerirem temas que pautam as conversações nas mais variadas esferas.

De acordo com esses mesmos pressupostos, é possível propor que as relações empreendidas através da Internet também sejam interpretadas como o estabelecimento da comunicação enquanto uma forma social. Por outras palavras, contatos travados entre as pessoas através de e-mails, de programas de comunicação instantânea ou por meio de *sites* de relacionamento, assim como o consumo das programações de meios de comunicação de massa transmitidos pela Internet (rádio, televisão, jornais) são atividades que satisfazem plenamente o conceito de comunicação de Wolton, assim como a proposição desse conceito ser entendido enquanto forma social. Ainda quanto a isso, deve-se notar que essa proposição não se estende à totalidade de atividades possíveis pela Internet, como busca de informações e transações comerciais de maneira geral. No entanto,

essa constatação não é suficiente para manter a proposição de Wolton quanto à Internet não ser considerada um meio de comunicação, segundo *Internet, e depois?* (2003). É preciso atentar para o fato de que o alerta do autor para que a lógica técnica não se imponha sobre a lógica social e cultural inerente aos meios de comunicação, através dos questionamentos desferidos aos discursos que legitimam a lógica técnica, não esgotam a possibilidade de a Internet ser considerada um meio de comunicação, conforme o conceito de comunicação do próprio Wolton.

Segundo Dubey (2001), o debate em torno da realidade virtual permite que se perceba os laços sociais como questão social que se mantém através da história da humanidade. Nessa perspectiva, a comunicação como forma social possibilita o contato entre os indivíduos, ao atender uma vontade sempre latente no homem, qual seja a disposição do indivíduo para se estar junto com os demais, na medida em que viabiliza o estabelecimento do laço social, seja através dos meios de comunicação convencionais, seja por meio de novas tecnologias de informação e de comunicação.

Admite-se que haja ocorrência tanto da relação social quanto da simples coexistência de indivíduos no ciberespaço, não parecendo coerente que uma situação possa vir a substituir a outra. Nessa perspectiva, entende-se que a subjetividade constitui um fator inerente ao homem e de seu estar no mundo. Assim, conclui-se que a comunicação como forma social se insere no ambiente descentrado e fragmentado característico da cibercultura como garantia da viabilidade da socialização tanto mais solicitada e praticada pelo homem quanto se avança o processo de fragmentação da subjetividade.

5 Referências

- BRETON, P.; RIEU, A-M.; TINLAND, F. *La techno-science en question. Éléments pour une archéologie du XXe. siècle.* Paris: Champ Vallon, 1990.
- DUBEY, G. *Le lien social à l'ère du virtuel.* Paris: Presses Universitaires de France, 2001.
- FLICHY, P. *L'imaginaire de l'Internet.* Paris: La Découverte, 2001.
- HABERMAS, J. *Théorie de l'agir communicationnelle.* Tomme 2. Pour une critique de la raison fonctionnaliste. Paris: Fayard, 1987.
- LEMOIS, A. *Cibercultura.* Tecnologia e vida social na cultura contemporânea. Porto Alegre: Sulina, 2002.
- LESLÉ, F.; MACAREZ, N. *Le multimédia.* (Que sais-je?). 2. ed. Paris: Presses Universitaires de France, 1999.
- LÉVY, P. *Cibercultura* São Paulo: 34, 1999.
- RHEINGOLD, H. Comunidades virtuais in: HESSELBEIN, F. et. al. *A comunidade do futuro.* Idéias para uma nova comunidade. São Paulo: Futura, 1998.
- RHEINGOLD, H. *A comunidade virtual.* Lisboa: Gradiva, 1996.
- RÜDIGER, F. *A tragédia da cultura na era da técnica: Georg Simmel.* Disponível em www.intexto.ufrgs.br, 1999/01, 5ª. edição, acessada em 26/08/2001.
- RÜDIGER, F. *Introdução às teorias da cibercultura.* Linhagens filosóficas do pensamento tecnológico contemporâneo. Porto Alegre: E@, 2003.
- RÜDIGER, F. *Philosophie de l'argent.* Paris: Presses Universitaires de France, 1987.
- RÜDIGER, F. *Sociologia 1.* Estudios sobre las formas de socialización. Madrid: Alianza, 1977.
- RÜDIGER, F. *Sociologie. Études sur les formes de socialisation.* Paris: Presses Universitaires de France, 1999.
- RÜDIGER, F. *Philosophie de la modernité II.* Paris: Payot, 1990.
- TIMM, A. *Pequeña historia de la tecnología.* México: Guadarrama, 1971.
- TIMM, A. *La dernière utopie.* Naissance de l'Europe démocratique. Paris: Flammarion, 1993.
- TIMM, A. *Penser la communication.* Paris: Flammarion, 1997.
- TIMM, A. *Internet, e depois? Uma teoria crítica das novas mídias.* Porto Alegre: Sulina, 2003.